







U ELREY Faço saber aos que este Alvará com força de Lei viram: Que verificando-se na Minha Real Presença pela Consulta da Mesa do Desembargo do Paço, a que Mandeí proceder sobre as representações do Juiz de Fóra da Villa de Marajó na Ilha de Joannes; Comarca do Pará, serem frequentes as desordens, abusos, e crimes commetidos na mesma Ilha contra o socego publico, administração da Justiça, e arrecadação da Minha Real Fazenda; sem que seja possível ao dito Ministro occorrer a estes males, por lhe não ter sido dada pelo Alvará

de oito de Maio de mil oitocentos e onze, que creou aquelle Lugar, jurisdição mais do que na dita Villa e seu Termo; accrescendo a isto a falta das Visitas e Correições annuaes dos respectivos Ouvidores, occasionada pela difficuldade, e perigos que offerece o tracto da Cidade do Pará para a dita Ilha; Propondo-se-Me ser em taes circumstancias da mais urgente necessidade a criação de hum Lugar de maior Alçada na mesma Ilha, cujo Magistrado, exercendo a sua jurisdição no grande territorio della, a possa opportunamente corrigir, e provêr os seus habitantes do efficaz remedio de que precisão. E sendo essencial ao Bem Commum, prosperidade daquelles Povos, e interesses da Minha Real Fazenda, que se reprimão os mencionados abusos, e delictos; e que se castiguem, e contenhão no respeito e temor das Minhas Leis os perturbadores da boa ordem, e segurança publica; a fim de que pela sua impunidade se não renovem, e multipliquem cada vez mais, os crimes, que a mesma produz; Tendo consideração ao referido, e ao mais que se Me expôs na sobredita Consulta, em que foi ouvido o Desembargador Procurador da Minha Real Corôa e Fazenda.

Sou Servido Crear huma nova Comarca na Sobredita Ilha de Joannes, que se denominará „ Comarca da Ilha de Joannes e Marajó „ e terá por Districto todo o territorio da mesma Ilha, sendo a Villa de Marajó a Cabeça da Comarca, e suas Comarcãs as Villas antigas de Chaves, Soure, Salvaterra, Monforte, e Monsarás, e todas as mais que para o futuro se crearem na dita Ilha, com os Lugares ou Aldéas della, ficando desde logo desmenibrada a mesma nova Comarca da do Pará, a que atégora pertencia, e supprimido o Lugar de Juiz de Fóra do Cível, Crime, e Orfãos creado na dita Villa de Marajó pelo referido Alvará de oito de Maio de mil oitocentos e onze.

O Ouvidor e Corregedor da nova Comarca da Ilha de Joannes e Marajó, que Eu Houver por bem Nomear, e os seus successores, exercerão este Lugar, e os cargos que lhe são annexos, na conformidade das Minhas Ordenações, Regimentos dos Ouvidores Geraes, e mais Leis, e Ordens que se achão estabelecidas, com a mesma jurisdição, ordenado, Aposentadoria, e Propinas, que tem o Ouvidor da Comarca do Pará.

E Sou outrossim Servido Crear os Officios de Escrivão, e Meirinho da Ouvidoria e Correição da dita nova Comarca; e as pessoas, que forem providas nestes dous Officios, os servirão na fórma das Leis, e Regimentos, que lhes são respectivos.

Pelo que Mando á Mesa do Desembargo do Paço e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Casa da Supplicação; e ao Governador e Capitão General da Capitania do Pará, e todos os mais Governadores; Magistrados; Justicas, e outras quaesquer pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém, não obstantes quaesquér Leis, Regimentos, ou Or-

dens em contrario; porque todas, e todos Hei por derogados, como se dellas, e delles Fizesse expressa, e individual menção, para o referido effeito sómente; ficando aliás sempre em seu vigor. E este valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no Rio de Janeiro aos dezesete de Agosto de mil oitocentos e dezeses.

## REY . . .

*Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Magestade Ha por bem, Extinguindo o Lugar de Juiz de Fóra da Villa de Marajó na Ilha de Joannes, Capitania do Pará, Crear hum nova Comarca na mesma Ilha com a denominação de „ Comarca da Ilha de Joannes e Marajó; „ Desmembrando-a da Comarca do Pará; e Assignando-lhe por Districto todo o territorio da dita Ilha; sendo a Cabeça da Comarca a referida Villa de Marajó. E ha outrosim por bem Crear o Officio de Escrivão, e o de Meirinho da Ouvidoria e Correição da mesma nova Comarca; tudo na fôrma acima declarada.*

Para Vossa Magestade ver.

Por immediata Resolução de Sua Magestade de oito de Junho de mil oitocentos e dezeses, tomada em Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de vinte de Maio do mesmo anno.

*Monsenhor Almeida. José de Oliveira Pinto Botelho e Mosquera.*

*Bernardo José de Souza Lobato o fez escrever.*

Registado a fol. 236. vers. do Liv. I., que serve de Régisto dos Decretos e Alvarás nesta Secretaria da Mesa do Desembargo do Paço do Reino do Brazil. Rio de Janeiro vinte de Setembro de mil oitocentos e dezeses.

*Henrique Anastacio de Novaes.*

*Joaquim José da Silveira o fez.*

Na Offic. de J. F. M. de Campos



